No exercício de 2011, a administração efetuou uma análise quanto à razoabilidade das taxas de depreciação praticadas e concluiu que não é necessário efetuar qualquer ajuste.

(d) Subvenções a realizar As subvenções a realizar referem-se a recursos públicos recebidos com destinação específica para aquisição de equipamento e ampliação de instalações cirúrgicas, sendo apropriada ao resultado mediante ao valor correspondente a depreciação do bem.

8. FORNECEDORES

Descrição	2.011	2.010
Materiais e Medicamentos	1.297.070	666.789
Imobilizado	7.900	-
Serv Médicos P. Jurídica	1.036.406	1.320.914
Serv Pessoa Jurídica	1.095.919	810.555
Serv Pessoa Física	-	952
	3.437.295	**2.799.210**

9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Descrição	2.011	2.010
Salários e ordenados	445.850	369.251
FGTS a recolher	139.631	61.174
Inss a recolher	277.773	147.203
Provisão de Férias e encargos	828.666	793.404
Outras obrigações sociais e trabalhistas	80.136	37.262
	1.772.055	**1.408.294**

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Descrição	2.011	2.010
IRRF	638.636	486.554
ISSQN – Retido na Fonte	186.307	135.691
Pis/Cofins /CSLL Lei 10.833/03	2.222.981	1.441.293
Outras obrigações fiscais	92.784	50.025
	3.140.708	**2.113.563**

11. ENTIDADES LIGADAS A PAGAR

Descrição	2.011	2.010
Empréstimos entre unidades **(a)**	1.341.910	274.592
Pró-Saúde – Matriz **(b)**	1.205.277	1.107.945
	2.547.187	**1.382.537**

(a) Corresponde a empréstimos captados junto a outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. São elas: Hospital de Altamira e Hospital de Santarém. **(b)** Refere-se à taxa de administração devidamente pactuada no contrato de gestão a repassar para a matriz, em virtude dos serviços prestados.

12 RECEITAS DIFERIDAS As receitas diferidas correspondem a subvenções para investimentos contratadas, entretanto ainda não recebidas, no montante de R$ 2.507.462 junto a Secretaria executiva de Saúde do Estado do Pará, reconhecidas nos termos da Resolução CFC1305/2010.

13. PROVISÃO PARA DESCONTINUIDADE DE CONTRATO Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado.

14.PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS A Entidade não possui nenhum processo de natureza civil ou trabalhista com probabilidade de perda provável em tramite na justiça em 31 de dezembro de 2011.

15. RECEITAS DE PACIENTES S.U.S. As receitas de pacientes S.U.S, referem-se ao contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, para gestão do hospital.Os valores correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados.

16. DESPESAS COM PESSOAL

Descrição	2.011	2.010
Salários e ordenados	(5.001.036)	(4.727.383)
Insalubridade	(466.612)	(431.552)
Horas extras	(195.023)	(286.464)
Décimo terceiro salário	(553.731)	(521.845)
Férias	(746.554)	(707.970)
FGTS	(648.663)	(657.875)
Outras despesas com pessoal	(701.499)	(712.108)
	(8.313.118)	**(8.045.197)**

17. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	2.011	2.010
Serviços médicos tomados de pessoa jurídica	(11.289.422)	(11.038.021)
Serviços tomados de pessoa física	(27.189)	(28.431)
Serviços tomados de pessoal jurídica	(2.981.967)	(2.789.598)
	(14.298.578)	**(13.856.050)**

18. REEMBOLSO DE DESPESAS Refere-se a despesas com suporte administrativo realizado pela Matriz, acordado no contrato de gestão pactuado com a Secretaria Executiva de Saúde Pública do Estado do Pará, e repassada mensalmente.

19 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS, LÍQUIDAS O Resultado financeiro líquido da Entidade é composto por:

Despesas financeiras	2.011	2.010
Tarifas bancárias	(22.752)	(27.835)
Juros passivos e multas	(459.890)	(395.879)
	(482.642)	**(423.714)**
Receitas financeiras	**2.011**	**2.010**
Juros ativos	6	-
Descontos obtidos	27.338	70.145
	27.344	**70.145**
Resultado financeiro, líquido	**(455.298)**	**(353.569)**

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez. **Risco de liquidez** É o risco em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

Ativos	2011	2010
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equiv de caixa	606.783	3.002.376
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	4.282.937	-
TOTAL	**4.889.720**	**3.002.376**
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	3.437.295	2.799.210
Entidades ligadas	2.547.187	1.382.537
TOTAL	**5.984.482**	**4.181.747**

21. INSS COTA PATRONAL A Entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) em novembro de 2009, que o encaminhou ao Ministério da Saúde em fevereiro de 2010, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que ele não foi julgado até 31.12.2011. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2011 por determinação do art. 3º, § 3º, do Decreto n. 2.536/98, revogado pelo Decreto 7.237/10 que previu: "Art. 8º. O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova da certificação até o julgamento do processo pelo Ministério competente."A Pró-Saúde atende os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação a impostos. A cota patronal está demonstrada em contas de Receitas e Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos", não afetando o déficit do exercício e montando, em 2.011, a quantia de R$ 1.914.265 (2.010 – R$ 1.841.837).

22. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS Para fim único e exclusivo de divulgação, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) apurada em 2.011 foi de R$ 880.587 e (2.010 R$ 877.252).

23. PACIENTES ATENDIDOSA entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Composição da Diretoria

Paulo Roberto Mergulhão
Presidente

Paulo Roberto Segatelli Camara
Superintendente

Paulo Czrnhak
Diretor Geral do Hospital

José Vanderlei Clain Ibing
Diretor Administrativo do Hospital

Cleide Alves Barros de Oliveira
CRC/PA: 014542/0-9

Aluízio Soares do Santos
TC – CRC: 1SP-114.522/03

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores ***Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Hospital Regional Público do Sudeste – Marabá*** Examinamos as demonstrações financeiras da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar – Hospital Regional Público do Sudeste - Marabá, que compreende o balanço patrimonial em 31 dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações dos déficits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo as principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as praticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro**. Responsabilidade dos auditores independentes** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidencia a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causadas por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstancias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** Em nossa opinião, essas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar Hospital Regional Público do Sudeste-Marabá em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos 1)** O Hospital vem apurando prejuízos operacionais em decorrência da necessidade de repactuação contratual, uma vez que, os montantes contratados são insuficientes para fazer face aos custos da operação. A mantenedora vem envidando esforços no sentido de corrigir esta relação contratual. A continuidade operacional da entidade está ligada diretamente à obtenção de recursos com entidades ligadas, esforços para realização de forma tempestiva de seus recebíveis e até, sucesso da renegociação do contrato de Gestão com o Governo do Estado do Pará para adequação dos custos administrativos. **2)** A entidade não adota o procedimento de contratar seguros para a cobertura de seus ativos.

São Paulo, 24 de Fevereiro de 2012 - LM AUDITORES ASSOCIADOS CRC 2SP018.611/O-8 "S" – PA - **Mauricio Diácoli** CRC 1SP129.562/O-5 "S" - PA

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S/A
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 395298

JÚLIO SIMÕES LOGÍSTICA S/A requereu da SEMA/PA, Outorga para captação de águasubterrânea . Situada na Rod. PA 160, km 04, Próx. Polo Moveleiro, Parauapebas/PA.Proc. 18.056/2012.

DIMEX COM. E EXP. DE MADEIRAS LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 395194

DIMEX COM. E EXP. DE MADEIRAS LTDA, Tucuruí-PA, CNPJ 22.979.181/0001-82, torna público que requereu à SEMA/PA, processo 2012/3281 Renovação da Licença de Operação-LO nº 918/2008. Ativ. Ind. Madeireira.

HIDRO ENG. SANIT. E AMBIENTAL LTDA
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 395295

HIDRO ENG. SANIT. E AMBIENTAL L TDA requereu da SEMA/PA, LO para saneamento e meio ambiente. Localizada na Rua Antônio Everdosa, 1073, Pedreira, Belém/PA. Proc. Nº 16. 924/2012.

Imprensa Oficial do Estado
Secretaria Especial de Estado de Gestão
GOVERNO DO PARÁ
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE